

TIPOLOGIA DOCUMENTAL NOS ARQUIVOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

BIANCA THEREZINHA CARVALHO PANISSET
LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

A Fundação Casa de Rui Barbosa possui como missão, conforme a Lei 4.693/1996, o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa. A pesquisa insere-se no âmbito das atividades de desenvolvimento da pesquisa na Fundação e vem sendo desenvolvida utilizando-se dos arquivos pessoais e das coleções sob custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI), tendo como questão a tipologia documental e dentro do escopo do Grupo de Pesquisa Patrimônio Documental, Informação e Acesso.

Antes, porém, de adentrarmos nas especificidades e contribuições dos projetos de pesquisa desenvolvidos sobre a tipologia documental, iremos apresentar os aportes teóricos que os fundamentam.

Entendemos os arquivos pessoais como o “conjunto de documentos produzidos ou recebidos, e mantidos por pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de sua atividade e função social.” (OLIVEIRA, 2012, p. 33). À margem das postulações teóricas da área, os arquivos pessoais ganham maior visibilidade quando passam a ser identificados como referência para o processo de identificação da sociedade e fonte para a história. Sua importância ganha espaço nas formulações de patrimônio documental em países como França e Reino Unido - que chegaram a implementar um conjunto de ações visando seu cadastramento, reprodução e institucionalização em instituições públicas - e mesmo são objeto de dispositivos legais que procuram assegurar sua preservação e manutenção nos respectivos países.

No século XX, com o interesse pela História Social, a procura por esses arquivos cresceu, uma vez que são os registros da vida privada que atendem a esse segmento da História.

Gradativamente, os arquivos pessoais passaram a ser inseridos na agenda de pesquisa dos arquivistas, mesmo que ocupando um lugar ainda secundário, em comparação ao destaque que se dá na área para os problemas concentrados nos arquivos organizacionais e na Gestão de Documentos.

A natureza complexa da produção dos arquivos pessoais, por sua vez, acabou também por contribuir para que ocupassem esse lugar secundário. Afinal, sem parâmetros para a elaboração de boa parte dos documentos que os compõem, e sem qualquer orientação para sua manutenção no ambiente do produtor e de seus sucessores, os arquivos pessoais se colocam como um problema para a área. É considerando esse problema como campo profícuo para uma série de pesquisas, que temos desenvolvido trabalhos nos quais o campo empírico se encontra nos arquivos pessoais.

O documento de arquivo, em sua gênese, é um documento vinculado a outro, e inserido em uma rede complexa que reúne atividades, ações e funções, tanto do produtor de arquivo quanto daqueles com quem este se relaciona. Nesse sentido, conhecer o

contexto arquivístico é essencial para a produção de conhecimento de um arquivo e para que os arquivistas possam fazer as conexões e representações necessárias no arranjo e descrição. O entendimento que adotamos no projeto de contexto arquivístico é baseado no que foi proposto por Thomassen:

[...] todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p. 10).

No entanto, compreendemos que o conhecimento sociocultural de destaque é aquele circunscrito ao período histórico da produção do arquivo e da vida do produtor.

A questão da tipologia documental tem sido o objeto de pesquisa mais recorrente nos arquivos organizacionais, mas o estudo do documento pode em muito auxiliar a descrição arquivística e ampliar a visibilidade de acervos.

Bellotto (2014, p. 348), ao abordar o emprego da tipologia documental no campo da Arquivologia, afirma que sua identificação pode ser útil em diversos momentos: na elaboração do arranjo e dos planos de classificação, na descrição, no serviço aos usuários e na avaliação.

Como comentamos anteriormente, a utilização da tipologia documental em arquivos institucionais vem sendo usualmente aplicada e difundida. O diferencial dessa utilização é que - diferentemente dos arquivos institucionais, onde as atividades do órgão geralmente estão registradas em legislação, em manuais ou outros instrumentos de normatização e regulação - nos arquivos pessoais isso não é claramente estabelecido, convencionado, indicando a importância de uma pesquisa acurada para se avançar na identificação dos tipos documentais e concentrada no estudo do contexto de produção.

A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza. (CAMARGO, 2009, p. 36).

E é na riqueza da vida pessoal que concentramos nossos esforços de pesquisa, colocando a tipologia documental no centro do problema da compreensão dos acervos e na ampliação do acesso.

O estudo do relacionamento entre o documento arquivístico e a atividade ou função que representa ou registra fundamenta a identificação dos tipos documentais. Diferente dos documentos diplomáticos, os documentos produzidos dentro do universo da intimidade nos desafiam a compreender o seu processo de produção, pois, “destituídos de rigor na elaboração decorrente da representação de um ato administrativo ou jurídico, são os mais difíceis de serem estudados, uma vez que são poucos os elementos formais em sua estrutura.” (OLIVEIRA, 2012, p. 83). Nos arquivos pessoais, encontramos universos distintos: um que trata da relação do indivíduo com o Estado - e que, portanto, reúne um conjunto de documentos gerados em ambientes oficiais ou regulados e formatados segundo alguma norma que defina essa relação - e outro, que trata da intimidade e da

particularidade que seguem padrões sociais, protocolos tácitos ou tradições de um modo de viver em determinado período histórico.

A PESQUISA SOBRE TIPOLOGIA DOCUMENTAL NA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

O estudo tipológico tendo como campo empírico os arquivos pessoais custodiados no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa iniciou-se no ano de 2010, no contexto do programa de iniciação científica da instituição. Até o momento, dois projetos de pesquisa foram desenvolvidos; um já concluído e o outro ainda em andamento. O estudo da Tipologia Documental como dispositivo para ampliar o acesso e a difusão dos acervos, e como método de abordagem dos arquivos pessoais, insere-se no escopo do Grupo de Pesquisa Patrimônio Documental, Informação e Acesso.

O projeto concluído - realizado entre os anos de 2010 e 2013 e intitulado *Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social* - objetivou “analisar a tipologia documental referente ao nascimento, bodas, viagens e morte encontrada nos arquivos e coleções pessoais sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).” (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

No contexto desse projeto, foram utilizados como campo empírico os arquivos pessoais e coleções sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional: Arquivo de Rui Barbosa, Arquivo de João Pandiá Calógeras e Arquivo de Ubaldino do Amaral, além das coleções José Antunes de Oliveira Catramby, Eduardo Prado e Família Barbosa de Oliveira. Nos arquivos e coleções selecionados, o período histórico compreendia os séculos XIX e XX.

Ainda sobre o projeto supracitado, os tipos documentais foram identificados a partir de quatro eventos comumente encontrados nos arquivos pessoais e que representam a vida em sociedade. São eles: o nascimento, as bodas, as grandes viagens e a morte. Nesse sentido, além de serem identificados os tipos documentais de cada um desses eventos, procurou-se identificar também o padrão de elaboração desses tipos documentais. Os instrumentos utilizados para delinear esse padrão foram os códigos sociais, que traduzem a boa conduta, as regras sociais e de etiqueta pertinentes a um grupo social.

Paralelamente à conformação desses padrões toma força, a partir dos finais do século XVIII, mas sobretudo durante os séculos XIX e XX, um novo gênero literário dedicado às boas maneiras e comportamentos. Com a maior alfabetização e o crescimento da indústria editorial torna-se popular uma série de guias cujo propósito final é estabelecer regras e modelos de sociabilidade. (ROQUETTE, 1997, p. 11).

Assim, atendendo ao propósito do estabelecimento das regras e modelos de sociabilidade, os códigos sociais são instrumentos fundamentais para a compreensão da vida em sociedade no período histórico dos arquivos pessoais custodiados no SAHI. Esses instrumentos, no que tange à elaboração dos documentos, apresentam os termos que devem ser utilizados por seus elaboradores, o tipo de papel a se utilizar e inclusive outros detalhes, como o uso de tarja preta nos documentos cujo assunto é morte ou como indicativo de luto.

Para alinhar a identificação do tipo documental nos eventos supracitados, foi aplicado um formulário a partir dos códigos sociais, como instrumento de registro das informações sobre os documentos para posterior análise. O formulário contém dez campos assim distribuídos:

- 1 – O campo **Espécie** tem como objetivo demonstrar a configuração que o documento assume de acordo com a natureza de sua informação.
- 2 – O campo **Atividade** procura identificar qual o objetivo que impulsionou a produção do documento.
- 3 – O campo **Tipo** procura definir a configuração que a espécie documental assume de acordo com a atividade que a gerou (espécie+atividade).
- 4 – O campo **Data** demarca o período em que este documento foi produzido e, conseqüentemente, em que código de postura social este se enquadra.
- 5 e 6 – Os campos **Localização** e **Autor** nos auxiliam na localização desses documentos.
- 7 – O campo **Destinatário** nos permite identificar se o documento foi produzido para fins pessoais ou profissionais e para quem foi produzido.
- 8 – O campo **Atividade(s)/motivo que originou o documento** explicita a circunstância em que este foi produzido.
- 9 – O campo **Características típicas específicas** nos auxilia a descrever as características presentes no documento e que o relaciona ao evento a que se enquadra, seja na forma escrita ou por meio de seus símbolos.
- 10 – O campo **Elemento Padrão** nos possibilita encontrar os elementos constantes que se encontram no conjunto documental referente ao evento específico e que dão origem à tipologia. (OLIVEIRA; PENNA, 2013, p. 483).

A partir da aplicação deste formulário, foi possível identificar e caracterizar 45 tipos documentais que representam o comportamento social dos personagens que transitam nos arquivos de Rui Barbosa, João Pandiá Calógeras e Ubaldino do Amaral, e das coleções José Antunes Catramby, Eduardo Prado e Família Barbosa de Oliveira, considerando casamento, morte, nascimento e grandes viagens.

O projeto foi concluído tendo cumprido o seu objetivo plenamente. Mas ficou evidente que muito ainda se precisa estudar sobre os tipos documentais em arquivos pessoais. Assim, em 2013, foi iniciado um novo projeto, com escopo mais abrangente. Esse projeto de pesquisa, cujo título é *A tipologia documental na Família Barbosa de Oliveira*, possui como objetivo geral identificar a tipologia documental produzida nos séculos XVIII e XIX a partir da Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO).

A Coleção Família Barbosa de Oliveira é um acervo que compreende o período do fim do século XVIII até meados do século XX. A maioria dos documentos consiste em correspondências trocadas entre os membros de diferentes famílias - Família Conselheiro Albino, Família Geraldo Resende, Família Imperial do Brasil, Família Jacobina, Família Lacombe, Família Leusinger, Família Masset e Família Rui Barbosa - que se unem pelo matrimônio e negócios, e que registram no cotidiano familiar, de forma sistemática, as transações econômicas, as relações sociais e a sociedade. A reunião dessa coleção se deve a Américo Jacobina Lacombe, membro da família Barbosa de Oliveira, genealogista e historiador, que conseguiu produzir uma coleção primorosa e relevante para o conhecimento da história do país.

O projeto de pesquisa em andamento considera a metodologia utilizada no projeto anterior, além dos tipos documentais já identificados e conceituados. A metodologia de identificação do tipo documental conta com a aplicação da ficha de identificação implementada no primeiro projeto de pesquisa, bem como a utilização de dicionários¹ da

¹ Até o presente momento estão sendo utilizados os instrumentos abaixo relacionados: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*, Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2008.
COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009. *Glossário de Espécies / Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo*. São Paulo, SAUSP, 1997.
Instituto Antônio Houaiss. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

língua portuguesa e de tipologia documental já publicados no Brasil, dicionários jurídicos, de comunicação, de arquitetura e de gêneros textuais, entre outras fontes. Atuam no projeto uma arquivista doutora (coordenadora do projeto), uma arquivista mestranda e dois bolsistas de iniciação científica. Recebemos também a colaboração de uma renomada pesquisadora² da área, vinculada à Universidade de São Paulo (USP), cuja experiência e produção contribuem significativamente para as discussões teóricas e metodológicas do projeto e também para a definição dos tipos documentais.

Além disso, estamos analisando instrumentos de pesquisa e bases de dados no exterior com o objetivo de identificar os tipos documentais utilizados na descrição arquivística. Já foram identificados tipos documentais em instrumentos de pesquisa e em códigos sociais publicados no Brasil e no exterior, que cobrem o período da pesquisa. Iniciamos também o levantamento de tipologias documentais nos seguintes sítios eletrônicos: Arquivo Nacional da França, Arquivo Nacional do Reino Unido, a *Library of Congress (EUA)*, *Minnesota Historical Society* e *Historical Society of Washington, D.C.*

A identificação da tipologia documental dos documentos pertencentes à Coleção Família Barbosa de Oliveira, compreendidos no período histórico do século XIX, é feita documento por documento. Conta também com a aplicação de um instrumento auxiliar, que relaciona o tipo documental identificado e as conceituações obtidas nos dicionários; conceitos esses que corroboram a atribuição e validação do nome do tipo documental.

A discussão da análise tipológica compreende o reconhecimento da atividade que justifica a produção do documento, a forma registrada que adquire e o conceito que traduz essa relação entre a atividade e forma. O seu estudo leva o arquivista a se dedicar ao item documental, obviamente considerando sua relação com o fundo, mas deslocando em certo ponto o olhar para o específico, para o que é genuíno nos arquivos: o documento arquivístico. Nos arquivos pessoais, encontramos documentos que traduzem as relações do indivíduo com as instituições e com o Estado, mas também documentos sem qualquer regulação explícita, que apenas são produzidos segundo convenções sociais.

Para ilustrar o caso dos documentos que tratam a relação do indivíduo com o Estado, apresentamos o tipo documental identificado como *Declaração de nascimento de filho de escravo*³. Esse documento, datado de 06 de dezembro de 1880, foi produzido em razão do cumprimento da lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, que declarou livres todos os filhos nascidos de escravas a partir da data de sua promulgação. Outro instrumento legal que também corrobora o intento de produzir o documento é o decreto 4.835, de 1º de dezembro de 1871, que aprovou o regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava.

O titular do dossiê, do qual o documento faz parte, era proprietário de escravos e, como tal, deveria cumprir o previsto nas leis e decretos que versavam sobre a escravidão. O registro do nascimento do filho da escrava foi posterior à promulgação da Lei do Ventre Livre, logo, a criança nascia livre. Como tal, deveria ser registrada e matriculada nos termos do Decreto 4.835/1871.

Assim, observando os instrumentos legais do período do Império, para fins de análise do contexto de produção do documento e entendimento da atividade para a qual foi produzido, identificamos a tipologia desse documento.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*/atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho, Rio de Janeiro, Forense, 2007.

² A pesquisadora que colabora com a nossa pesquisa é a prof.ª. Dr.ª. Ana Maria de Almeida Camargo.

³ Documento pertencente à Coleção Família Barbosa de Oliveira. Faz parte do conjunto documental da Série Família Jacobina e está inserido no dossiê de Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina.

Attestado pelo Sr. João Jacobina, residente neste
município do Rio de Janeiro, rua das Lencinhas
n.º 84, declara que no dia 10 de Junho de 1880
nasceu de sua escrava de nome Paulina, a cri-
ança, de serviço doméstico, que se acha matricu-
lada com o n.º 291 da matrícula geral do
município e 2 da relação apresentada pelo Sr.
a 23 de Julho de 1872 em Campinas, Província de
Paulista, a criança filha do Sr. Francisco Sep-
tentrão com o nome de Julieta sendo a sua
matrícula com o n.º 8291

Rio de Janeiro, Parochia de
S. Pedro, a 6 de Dezembro de
1880.

Attestado pelo Sr. João Jacobina
Oyentado e matriculado com
o n.º 7084 da matrícula
geral em 1 de Dezembro
de 1880

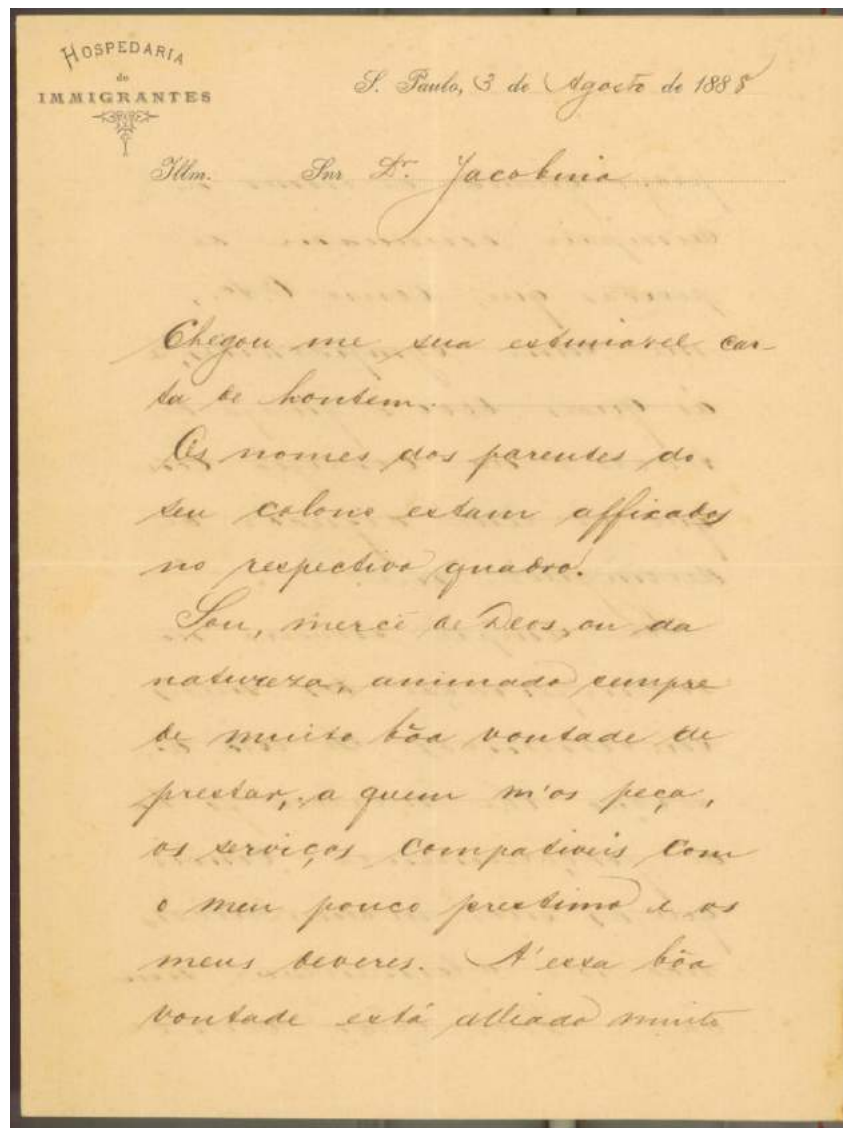
João Jacobina
Luis Carneiro

Declaração de nascimento de filho de escravo (Fonte: Coleção Família Barbosa de Oliveira).

Conforme já explicitamos, não é óbvio o contexto mais imediato de produção e acumulação dos documentos pessoais. No caso acima exposto, foi necessário pesquisar a legislação concernente ao período do Império que versava sobre o registro do nascimento de filhos de escravos. O objetivo da elaboração do documento era registrar o nascimento de filho da escrava de nome Paulina. O documento foi gerado porque o titular da série era proprietário de escravos e, dessa forma, deveria cumprir a legislação. Isso demonstra que a custódia desse documento pelo produtor vai além de uma necessidade de registro pessoal, mas também reflete a necessidade do cumprimento da legislação, ou seja, fala da relação do indivíduo com o Estado.

Outro aspecto a ser observado na análise tipológica de documentos em arquivos pessoais é a imprescindível distinção entre a atividade que justifica a elaboração do documento e o seu conteúdo. Devemos ficar atentos a estes dois aspectos, para que não nos deixemos confundir pelo lugar que cada um ocupa no estudo do tipo documental. O conteúdo é importante, pois, a partir de sua análise, poderemos verificar a pertinência e a relação com a atividade que justifica a criação do documento, bem como isto fundamentará o processo de indexação, essencial para o acesso ao documento. Mas o ponto central é

reconhecer a relação entre a elaboração de um documento e a função, ação e atividade em que este se insere. A seguir, apresentamos outro tipo documental produzido dentro do contexto da relação indivíduo-Estado. Mas este não obedece a uma forma oficializada e seu conteúdo obedece as convenções sociais de um grupo.⁴

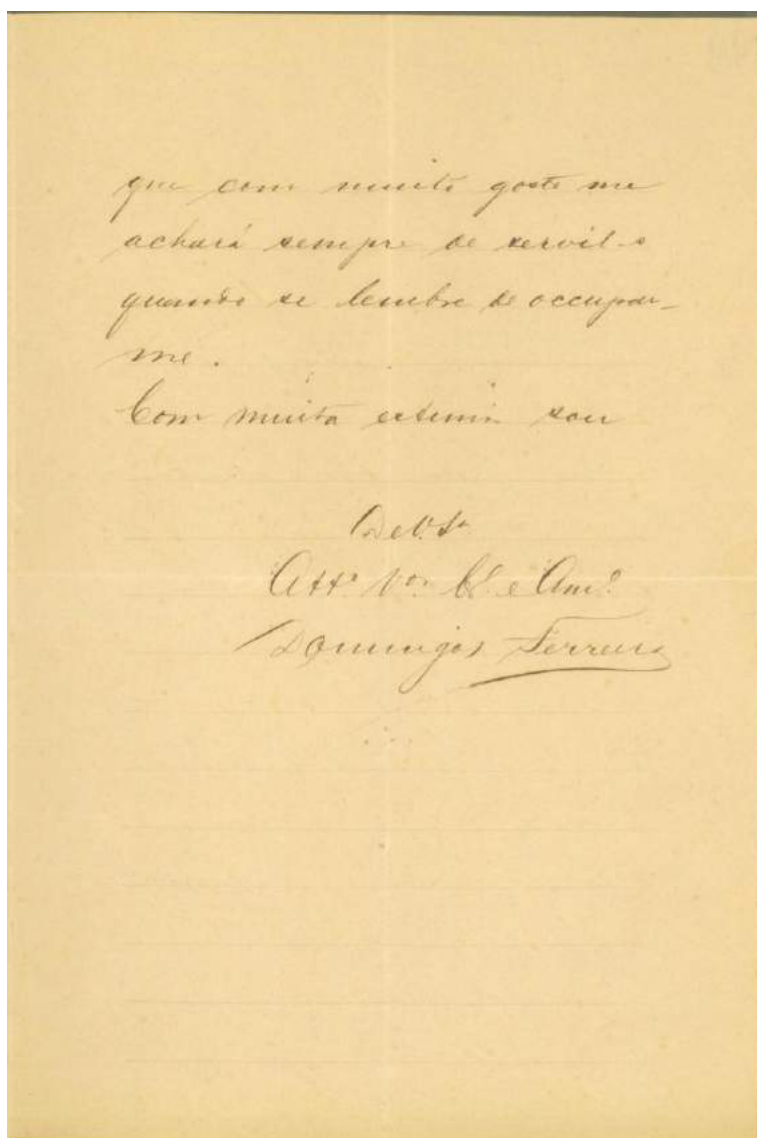


Carta de esclarecimento (Fonte: Coleção Família Barbosa de Oliveira).

⁴ Documento pertencente à Coleção Família Barbosa de Oliveira. Faz parte do conjunto documental da Série Propriedades e está inserido no dossiê da Fazenda Boa Vista.

prazer quando os olhos se
cumprir eu mesmo de
pessoas que, como V. Sa.,
me são sympathicas, e
as quaes devo a fortuna de
fidelidade da cortezia com
que se seus dignados se
distinguirão-me.

Eu sempre existo na
manifestação dos meus
sentimentos. Se esta as-
serção lhe merecer se ha-
de por consequente ouvir
que as suas manifestações
não me atermem a um
ca. Não estar certo de



que com muito gosto me
achari sempre se servit-
quando se lembra se occupar-
me.
Com muita estimo seu

Domingos Ferruz

O documento acima é datado de 03 de agosto de 1888 e pertence à Coleção Família Barbosa de Oliveira. Trata-se de uma carta cujo objetivo é informar ao seu destinatário que os nomes dos familiares de seu colono estariam afixados no quadro da Hospedaria dos Imigrantes. A atividade que originou a produção do documento é a necessidade de esclarecer sobre determinada informação. O tipo documental identificado é *Carta de esclarecimento*. A demanda da informação foi feita por cidadão que contratava imigrantes para o cultivo do café a um funcionário da Hospedaria dos Imigrantes, que, no exercício de sua função, esclareceu a dúvida do cidadão. O conteúdo da carta responde à indagação e contém elogios e comentários de admiração ao solicitante, os quais não foram considerados relevantes para determinação do tipo do documental. Nesse sentido, para fins de acesso, o termo Imigração será considerado relevante após a análise do conteúdo do documento, mas não foi determinante para a identificação do tipo documental em si.

Até o momento, já foi possível identificar e conceituar 72 tipos documentais entre os que registram a relação indivíduo-Estado e os registros particulares mais individualizantes e de intimidade.

A partir da exposição do presente trabalho, já foi possível perceber a dificuldade que há na área em relação à tipificação das cartas, o que indica a necessidade de um estudo mais específico.

Enfim, procuramos apresentar nossos esforços e questões de pesquisa demonstrando a necessidade de uma pesquisa constante pelo arquivista, tanto sobre os arquivos pessoais quanto, e principalmente, sobre a metodologia que empregamos para trabalhá-los. E o processo de identificação das tipologias corrobora ainda mais a atividade de pesquisa do arquivista, na medida em que demanda estudos sobre o contexto de produção do documento, tarefa que se torna complexa tendo em vista a distância temporal de produção do documento (século XIX) e sua análise e identificação.

Considerações finais

O estudo tipológico na abordagem dos arquivos pessoais possibilita-nos identificar os processos de comunicação entre os indivíduos na sociedade, tanto em suas relações econômicas, pessoais e familiares quanto nas suas relações com o Estado, tendo em vista que são importantes referências para o processo de identificação da sociedade.

Os documentos produzidos e reunidos por indivíduos em sua vida registram suas emoções, ideias e também seus diferentes papéis na sociedade. E essa variedade, que se espelha na documentação preservada na vida privada, configura-se como rica fonte para a compreensão da história em um determinado período de tempo. A inclusão do método da tipologia documental como um dos métodos de pesquisa que são adotados na descrição arquivística possibilita a identificação dos mecanismos formalizados na sociedade para a comunicação entre as pessoas. E é na riqueza da vida pessoal que pretendemos dar continuidade à pesquisa que coloca a tipologia documental no centro do problema da ampliação da compreensão dos acervos e do acesso. (OLIVEIRA, 2013, p. 3).

A tipologia documental como método insere-se no centro da compreensão dos acervos, pois a definição do tipo passa pela identificação da atividade produtora dos documentos e pelo seu contexto de produção mais imediato. Além disso, possui dupla função: auxilia no processo de descrição do documento arquivístico e amplia a visibilidade dos acervos.

Esperamos que os resultados dos projetos de pesquisa aqui apresentados possam contribuir para a produção de conhecimento sobre arquivos pessoais e tipologia documental, questões que ainda necessitam alçar maior destaque na agenda de pesquisa na área.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Publicações técnicas, n. 51.
- ARQUIVO NACIONAL DA FRANÇA. Disponível em <http://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/rechercheconsultation/consultation/ir/consultationIR.action?udId=d_1_4&irId=FRAN_IR_003641>. Acesso em: 15 maio 2015.
- ARQUIVO NACIONAL DO REINO UNIDO. Disponível em <http://apps.nationalarchives.gov.uk/search/search_results.aspx?Page=1&QueryText=personal+papers&SelectedDatabases=BOOKSHOP%7cRESEARCHGUIDES%7cWEBSITE&SearchType=Quick>. Acesso em: 15 maio 2015.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de arquivamento. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BRASIL. *Decreto nº 4.835*, de 1º de dezembro de 1871. Aprova o regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Publicado na CLBR de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4835.htm>. Acesso em: 02 maio 2015.

BRASIL. *Lei nº 2.040*, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040.htm#art8>. Acesso em: 02 maio 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v. 7, n. 2, p. 5- 10, jul.-dez. 2008.

CAMARGO, A.M. Arquivos Pessoais são Arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental.. Rio de Janeiro: AAB, v. 6, n. 2, p. 25- 50, jul./dez. 2007.

HISTORICAL SOCIETY OF WASHINGTON, D.C. Disponível em: <<http://www.dchistory.org/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

LIBRARY OF CONGRESS. Disponível em: <http://findingaids.loc.gov/db/search/xq/searchMfer01.xq?_q=letter&_type=all&_nd=ead&_rp=eadmss&_z=go>. Acesso em: 15 maio 2015.

MINNESOTA HISTORICAL SOCIETY. Disponível em: <<http://www.mnhs.org/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

NOUGARET, Christine. *Les archives privées, éléments du patrimoine national? Des sequesters révolutionnaires aux entrées par voies extraordinaires un siècle d'hésitations*. p.737-750. Disponível em: <http://www.archivodistato.firenze.it/nuovosito/fileadmin/template/allgati_media/libri/150/archivistoria/150_nougaret.pdf>. Acesso em: 15 out. 2008.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PENNA, Patricia Ladeira. A análise tipológica como método para identificar o comportamento social registrado nos arquivos pessoais. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (orgs.). *Preservação, acesso, difusão: Desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. Associação dos Arquivistas Brasileiros: Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira*. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Bolsistas13/aa%20_%20Tipologia%20na%20Familia%20Barbosa%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom, ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. 400p.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to Archival Science. *Arquivo e Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, jan./jun. p. 5-16, 2006.

RESUMO: O presente trabalho visa apresentar as discussões teóricas e metodológicas sobre a Tipologia Documental em Arquivos Pessoais, abordaremos nosso tema a partir das pesquisas realizadas nos arquivos pessoais custodiados no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. A metodologia utilizada para definição dos tipos documentais consiste na pesquisa em códigos sociais e legislações do período do império e na aplicação de formulários específicos, criados exclusivamente para os projetos de pesquisa da FCRB, que dentre outros aspectos, identificam a atividade produtora, a data e a espécie do documento. Após definidos, os tipos são conceituados, até o momento foram identificados 72 tipos documentais. Entende-se que o estudo da Tipologia Documental é um dispositivo para compreensão dos arquivos, para ampliação do acesso e a difusão dos acervos e um método de abordagem dos arquivos pessoais. **PALAVRAS-CHAVE:** Tipologia documental. Arquivos pessoais.

RESUMEN: Este trabajo presenta los debates teóricos y metodológicos del tipo de documento en el expediente personal, discutiremos nuestro tema de la investigación en los archivos personales en custodia en Servicio de Arquivo Histórico e Institucional de la Fundação Casa de Rui Barbosa. La metodología utilizada para definir los tipos de documentos es la prospección en los códigos sociales y las leyes de la época y la aplicación de formas específicas Imperio, creado exclusivamente para los proyectos de investigación de FCRB, que entre otras cosas, identifican a la actividad productiva, la fecha y la especie del documento. Una vez definidos, los tipos se

*conceptualizan hasta ahora identificados 72 tipos de documentos. Se entiende que el estudio del tipo de documento es un dispositivo para la comprensión de los archivos para aumentar el acceso y la difusión de las colecciones y un método de enfoque de los archivos personales. **PALABRAS-CLAVE:** Tipología documental. Archivos Personales.*